



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021 (Da Sra. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE)

Solicito que sejam enviados convites aos Ministérios da Economia e da Educação, para, em audiência pública, seus titulares possam discorrer sobre a execução do orçamento de 2020 do Ministério da Educação e sobre a proposta orçamentária apresentada no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 – PLN nº 28/2020.

Senhora Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em subsídio ao Regimento Comum e à Resolução nº 1/2006 (CN), que, ouvido o plenário, que sejam enviados convites aos Ministérios da Economia e da Educação, para, em audiência pública, seus titulares possam discorrer sobre a execução do orçamento de 2020 do Ministério da Educação e sobre a proposta orçamentária apresentada no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 – PLN nº 28/2020.



JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Educação apresentou em 2020 o menor orçamento (R\$ 143,2 bilhões) para a pasta desde 2012 (R\$ 156,7 bilhões), segundo levantamentos feitos por especialistas. Os números ainda se tornam mais preocupantes quando mostram que no ano passado foi registrada a pior execução do orçamento e a menor quantidade de recursos encaminhados para a educação Básica na última década, sendo R\$ 42,8 bilhões (2020) contra R\$ 44,8 bilhões em 2010. A Educação Básica fechou o ano de 2020 com R\$ 42,8 bilhões de recurso, sendo 10,2% a menos do que o registrado no ano de 2019, e efetivamente pagou R\$ 32,5 bilhões. Já o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação consumiu apenas 63% do seu limite de empenho e 77% do limite de pagamento de despesas discricionárias (aquelas previstas mas não obrigatórias), demonstrando claramente baixa execução de recursos e problemas na eficiência na gestão dos programas da pasta.

Para a proposta orçamentária apresentada no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 – PLN 28/2020, o Governo Federal propõe um orçamento para o MEC quase inalterado para 2021, em R\$ 144,5 bilhões, que fica abaixo do montante empenhado em 2019, que foi de R\$ 144,7 bilhões. Para as despesas discricionárias, estão previstos R\$ 19,9 bilhões, que segundo entidades representativas da sociedade significa um corte de R\$ 4,2 bilhões ou 18,2%.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares o apoio para a aprovação do presente requerimento de convite.

Sala da Comissão, em de fevereiro de 2021.

Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação